



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Circular Nº 149/17

Brasília-DF, 16 de maio de 2017

Às seções sindicais, secretarias regionais e à(o)s Diretora(e)s do ANDES-SN

Companheiros,

Encaminhamos o relatório da reunião do Setor dos Docentes das IEES/IMES, realizada no rio de Janeiro, no dia 13 de maio do corrente ano.

Sem mais para o momento, renovamos nossas cordiais saudações sindicais e universitárias.

Prof. Giovanni Felipe Ernst Frizzo
2º Secretário

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.

SEDE NACIONAL ANDES-SN: Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Edifício Cedro II, 5º andar, Bloco "C", 70302-914, Brasília - DF.
Telefone: (61) 3962 8400 | Fax: (61) 3224 9716 | E-mail: secretaria@andes.org.br



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
RELATÓRIO DA REUNIÃO DO SETOR DAS IEES-IMES
RIO DE JANEIRO
13/05/17
SEDE DA CSP-CONLUTAS

Presentes:

Diretore(a)s: Alexandre Galvão Carvalho, Roseli Rocha, Mary Falcão, Juliana Fiuza

Seções sindicais: Sergio Luiz Carmelo Barroso (ADUSB-SSIND), Paulo Cesar Centoducatte (ADUNICAMP), Maria Luiza Tambelini, Renata Marins Alvin Gama de Oliveira, Lia de Matos Rocha (ASDUERJ), Carmen Susana Tornquist (APRUDESC), Luciana Soares da Silva (ADUENF), Nelson Aleixo Junior e Aleksandro Donato Carvalho (ADUEPB), Luiz Fernando Reis (ADUNIOESTE), César Minto (ADUSP), Joel Silva Pinho (APUGSSIND). Gipsy Roque Benito (ADUEZO)

Pauta:

1. Informes
 - 1.1 Da coordenação
 - 1.2 Das seções sindicais
2. Pendências acerca dos encaminhamentos da ultima reunião do setor
3. Proposta para o caderno de Textos do 62º CONAD
4. O que ocorrer

1. Informes da coordenação

Foi informado sobre a ida de membros da coordenação e da presidente do ANDES-SN à assembleia da ASDUERJ; à ADUNICAMP, na comemoração dos 40 anos da entidade em uma mesa sobre o Movimento Docente na atualidade; à USP, no ato de repúdio contra o reitor ante aos covardes ataques do reitor à comunidade acadêmica; à ADUENF, para conversar com a diretoria. Foi dado o informe da SINDUEA, sobre a judicialização do processo eleitoral. A secretaria regional e a AJN estão acompanhando o processo.

1.2. Informes das seções sindicais

Aduebp (Nelson), Adusp(Cesar Minto), Adunicamp (Paulo Centoducatte), Aduern (Lemuel), Asduerj (Maria Luiza), Adunesp (João), Aduenf (Luciana), Apug (Joel). Os informes das seções sindicais enviados à coordenação por escrito encontram-se no **ANEXO 1**.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

2. Pendências acerca dos encaminhamentos da última reunião do setor

2.1. SEMANA DE LUTAS DO SETOR

Encaminhamentos aprovados

1. Realizar na semana de lutas do setor mobilização para preparação das caravanas e atividades do Ocupa Brasília!, independente das atividades já agendadas nos Estados e Municípios.
2. Articulação com comitês e fóruns de construção da greve geral para construção e participação da caravana à Brasília.
3. *InformAndes* especial da Semana de Lutas das IEES/IMES: as SSind deverão enviar para a secretaria e imprensa informes com fotos da mobilização para a marcha nacional e o Ocupa Brasília!, solicitando que seja encaminhado à Coordenação do setor das IEES/IMES e a encarregatura de imprensa. Prazo para o envio dos informes: Até o dia 2 de junho;
4. Divulgação de uma nota política do setor às seções sindicais

Eixos da nota a ser divulgada na semana de lutas nas seções sindicais: desfinanciamento, terceirização, perda de autonomia, retrocessos e congelamentos na carreira (subitem do financiamento), congelamento na carreira do serviço público, atrasos de salários, suspensão das progressões e promoções, aposentados (reposições), argumentação contra a EC 95, criminalização dos movimentos sociais (docente) e militarização dos campi. Projeto de privatização indireta das IEES-IMES, redução do orçamento destinado às IEES-IMES, projeto de privatização dos Estados (cobrança de taxas, por exemplo, Extensão e pós-graduação *latu sensu*). Não pagamento das progressões e promoções. Projeto político neoliberal. Plano de recuperação fiscal para enterrar as IES, chantageando os estados. PLP 343/16. Ataque aos direitos. Menção à greve da aduepb.

A nota encontra-se no **ANEXO 2**

5. Envio de nova circular sobre o dia 24 de março, reforçando que as Seções sindicais devem assumir o papel de protagonista na organização.

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

6. Disponibilizar o audiovisual produzido durante a exposição do “*painel sobre os ataques dos governos estaduais e municipais à educação pública superior*” para as seções sindicais como material de denúncia da situação das IEES-IMES.

2.2. SOLIDARIEDADE AOS DOCENTES DAS IEES- RJ

Encaminhamentos aprovados

1. Será aberta conta corrente da Regional RJ para as doações das seções sindicais, docentes e entidades aos docentes das IEES-RJ;
2. As doações devem ser feitas a partir de uma campanha de solidariedade em defesa das IEES-RJ para fortalecer a solidariedade de classe e entre as seções sindicais. Portanto, é necessário acentuar o caráter político da campanha.
3. Os critérios de utilização dos recursos provenientes do fundo devem ser definidos pelas seções sindicais, sem necessidade de passar por deliberação do setor;
4. Preparar um TR para o próximo congresso para definir melhor as campanhas dessa natureza no setor.

3. Caderno de textos do 62º CONAD

- Propostas de TR: 15º Encontro Nacional do Setor das IEES-IMES
- Data: 31,1 e 2 de setembro de 2017
- Horário de início: 18h
- Final: 14h30min.
- **Tema:** Financiamento, autonomia e democracia.
- Proposta de TR sobre a questão da indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão a ser apresentado no item de política educacional, oriundo das reflexões do V seminário nacional de Educação.
- Proposta de TR sobre a formação de uma frente nacional em defesa dos sistemas de ensino superior público estaduais.

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

4. O que ocorrer

Pensar em um documento a ser elaborado e enviado a ser pela AJN de orientações à seções sindicais sobre os processos eleitorais.

Moções aprovadas

Moção 1: Proponente: João Chaves (ADUNESP)

Destinatários: Reitorias das Universidades Estaduais de São Paulo e Seções sindicais das Universidades Estaduais de São Paulo.

Endereços dos Destinatários:

Fato motivador da moção: Repressão nas Universidades Paulistas

Moção contra a repressão nas Universidades Públicas Paulistas

O(A)s docentes presentes à reunião do setor das IEES-IMES do ANDES-SN, realizada na cidade do Rio de Janeiro(RJ), no dia 13 de maio de 2017, manifestam veemente repúdio a todas as formas de violência perpetrada contra a comunidade universitária paulista e conclama seus dirigentes a respeitarem os que a eles se opõem.

As Reitorias das universidades estaduais paulistas têm reprimido os movimentos reivindicatórios de amplos setores das suas comunidades com uma violência só comparável ao que ocorreu no período nefasto da ditadura empresarial-militar. Manifestantes têm sido vítimas de ações violentas por parte da Polícia Militar a mando dos seus gestores, como aconteceu recentemente na USP, nos dias 7 de março e 28 de abril deste ano. Isto revela nitidamente o desejo dos mandatários de calar as vozes discordantes no interior da academia. É inaceitável que a Polícia Militar paulista seja alçada à categoria de guarda pretoriana dos dirigentes de plantão e se imiscua nos conflitos e nos processos de negociação naturais no interior das universidades. Por outro lado, mas em sintonia com a sanha repressiva, servidores técnico-administrativos e estudantes têm sido objeto de processos de sindicância e processos administrativos nas três universidades, o que revela a intenção de criminalizar os movimentos sociais legítimos que eventualmente se contrapõem às políticas implementadas pelas respectivas Reitorias. A Polícia Militar tem transitado à vontade pelos *campi* universitários, promovendo, em muitas situações, constrangimentos de toda ordem a manifestantes que contestam posições e iniciativas reitorais o que, no mínimo, viola a autonomia universitária e avilta o direito dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos e dos docentes de se posicionarem livremente sobre quaisquer questões que considerem relevantes, inclusive

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior contra a presença da PM nos *campi* universitários. O ANDES-S considera extremamente preocupante a naturalidade com que as administrações universitárias têm tolerado, e em alguns casos solicitado, o uso do aparelho repressivo armado dentro das universidades estaduais paulistas, bem como o uso abusivo de instrumentos administrativos para punir quem a elas se contrapõe.

Moção 2: Proponente: João Chaves (ADUNESP)

Destinatários: Reitorias das Universidades Estaduais de São Paulo e Seções sindicais das Universidades Estaduais de São Paulo.

Endereços dos Destinatários:

Fato motivador da moção: Repressão nas Universidades Paulistas

Nota de repúdio à invasão policial da FFC/Unesp, campus de Marília

O(A)s docentes presentes à reunião do setor das IEES-IMES do ANDES-SN, realizada na cidade do Rio de Janeiro(RJ), no dia 13 de maio de 2017, expressam o seu mais veemente repúdio à intervenção policial sobre as atividades políticas e associativas realizadas por qualquer um dos segmentos da comunidade acadêmica, garantidas pela Constituição Federal de 1988, reafirmando, assim, a sua posição de defesa dos direitos democráticos duramente conquistados pela sociedade.

Em meio a uma grave conjuntura política nacional de ataques contra os direitos democráticos assegurados pela Constituição, nas últimas horas do dia 8 de maio de 2017, sob o pretexto de estar realizando um patrulhamento ostensivo nas imediações, uma viatura da Polícia Militar invadiu o campus universitário da Unesp de Marília, causando um enorme tumulto envolvendo estudantes, servidores técnico-administrativos e docentes, que estavam ali presentes. Diante dessa inadmissível demonstração de autoritarismo e desrespeito para com a universidade pública e àqueles que nela trabalham e estudam, de modo absolutamente intimidador, os policiais dirigiram insultos de caráter político-ideológico contra os docentes que tentavam mediar a situação. Por diversas vezes ameaçaram prender estudantes reunidos em razão de uma assembleia. Cartazes chegaram a ser destruídos pelos policiais, segundo relatos de estudantes. O reforço de uma segunda viatura chegou a ser acionado. Indagados sobre a ausência de qualquer solicitação formal realizada pela direção da unidade afirmaram repetidas vezes, e diante da figura do próprio diretor da Unidade, que poderiam adentrar o espaço da universidade quando bem entendessem. Sob forte manifestação dos estudantes, os policiais impunham como condição para a retirada da viatura o silenciamento dos gritos de protesto e a dispersão dos manifestantes, o que evidentemente não aconteceu.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
Moção 3: Proponente: Carmen Susana Tornquist (ADPRUDESC)

Destinatários: APRUDESC

Endereços dos Destinatários:

Fato motivador da moção: Ação judicial contra a Professora Marlene de Fáveri

Moção de apoio à professora Marlene de Fáveri

O(A)s docentes presentes à reunião do setor das IEES-IMES do ANDES-SN, realizada na cidade do Rio de Janeiro(RJ), no dia 13 de maio de 2017, manifestam seu apoio e solidariedade à professora Marlene de Fáveri, no que se refere ao processo judicial de indenização por danos morais e alegada perseguição religiosa, impetrado em 2016, por uma ex aluna . Marlene é professora do Departamento de Historia da UDESC, no campo de Estudos de Gênero, área do conhecimento do qual a perspectiva teórica feminista faz parte e reconhecidos pelas Instituições acadêmicas em nível mundial, bem como por órgãos das Nações Unidas, agências de cooperação internacional e Estados, e se expressam em âmbitos diversos da sociedade. As conquistas promovidas pelos movimentos feministas expressam avanços importantes para a sociedade de forma geral, e à educação, de forma especial. O ANDES-SN defende o direito de liberdade de ensinar com pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e autonomia didático-científica, que vem sendo ameaçado por princípios baseados na manutenção de visões de mundo antidemocráticas, colonialistas, discriminatórias e opressoras. O exercício pleno da autonomia didático-científica nas universidades, previsto na Constituição Federal, deve ser preservado como condição fundamental no processo de construção do conhecimento e garantia de direitos individuais. O caso da professora Marlene é emblemático de processo de doutrinação conduzido pelo Movimento Escola Sem Partido, cujas consequências têm sido danosas aos professores e professoras, a estudantes e à sociedade de uma forma geral, e que atentam aos princípios da laicidade do ensino publico e da liberdade de expressão, defendidos pelo ANDES-SN.

Moção 4: Proponente: Nelson (ADUEPB)

Destinatários: ADUEPB

Endereços dos Destinatários:

Fato motivador da moção: greve dos docentes da ADUEPB



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
Moção de apoio à greve dos docentes da ADUEPB

O(A)s docentes presentes à reunião do setor das IEES-IMES do ANDES-SN, realizada na cidade do Rio de Janeiro(RJ), no dia 13 de maio de 2017, manifestam seu apoio à greve dos docentes da UEPB, que não tendo logrado êxito em estabelecer uma negociação multilateral com o Governo e a Reitoria, decidiram em Assembleia Geral no dia 06 de abril de 2017, deflagrar greve por tempo indeterminado. A greve é um ato de reação à política de desrespeito à autonomia da UEPB e à repetitiva prática de descumprimento da data-base por parte do Governo do Estado, consolidada pela política de omissão da Reitoria da UEPB, atitude que corrobora com as perdas de direito trabalhistas dos docentes e técnicos administrativos: suspensão da data-base e ausência da reposição das perdas inflacionárias, que giram em torno de 23,61%, além do descumprimento do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) e da precarização das atividades acadêmicas, acelerando o processo de sucateamento da instituição. Todo apoio à greve dos docentes da UEPB!



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ANEXO 1

INFORMES DAS SEÇÕES SINDICAIS E REGISTRO DE FALAS DO PAINEL ENVIADOS À COORDENAÇÃO DO SETOR

UENF – Luciana Soares

Em 27 de fevereiro de 1991, por meio do Decreto nº 16.357, foi estabelecido o Estatuto da Uenf, logo Após a posse do governador Leonel Brizola. ATIVIDADES INICIAM EM 16 de agosto de 1993. A proposta de criação da Uenf trouxe várias inovações, entre elas a adoção de uma estrutura administrativa simples, composta pela Reitoria, três Pró-Reitorias (de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação, e de Extensão e Assuntos Comunitários), quatro centros e trinta laboratórios. Os centros são os responsáveis por conduzir as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Os laboratórios foram formados conceitualmente para serem multi e transdisciplinares, o que significou adotar um modelo totalmente diferente das configurações dos departamentos existentes nas demais instituições brasileiras

São 4 centros, 16 cursos de graduação e 14 de pós graduação – também conta com pólos de ensino à distância

- ✘ **- Centro de Biociências e Biotecnologia - CBB**
- ✘ **- Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias - CCTA**
- ✘ **- Centro de Ciências do Homem - CCH**
- ✘ **- Centro de Ciência e Tecnologia - CCT**
- ✘ Atualmente, na Uenf, temos 7.668 alunos distribuídos em diversos cursos (16 de graduação e 14 de pós-graduação, e Ensino a Distância). Nosso quadro permanente possui 325 docentes – e 603 técnicos.
- ✘ Na ADUENF temos 263 associados em 2017
- ✘ Em 2017, a Uenf completa 24 anos de existência, e passamos por várias crises ao longo dos diferentes governos. Durante o período de Marcelo Alencar, tivemos nossos salários atrasados por quase um mês e pensávamos que esse teria sido o pior momento da nossa e das demais instituições estaduais. Esse foi um erro, pois, hoje, a Uenf, assim como a Uerj, a Uezo, a Faetec, o Cecierj e a Faperj, atravessa o pior momento da sua trajetória, o que espero nunca mais presenciar no futuro. O problema atual é de sobrevivência das instituições e dignidade dos servidores. No caso específico da Uenf, não recebemos nenhum recurso para custeio da universidade desde outubro de 2015, e

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
os salários estão sendo pagos de forma totalmente desrespeitosa. A energia não foi cortada por força de uma liminar da justiça; e a água, por termos uma excelente relação com a empresa prestadora de serviços. Os telefones, por outro lado, por muitos meses serviram apenas de enfeite nos gabinetes.

- ✘ Ao atrelar o pagamento de salários dos servidores estaduais a aprovação do Plano de Recuperação Fiscal, em tramitação no Congresso Nacional, o *ainda* governador em exercício, Luiz Fernando Pezão explicita quais são suas verdadeiras intenções. Seguir a risca o projeto de “austeridade” defendido com veemência por Henrique Meirelles. O mantra do déficit fiscal é entoado como única solução para regularização das contas do estado do Rio de Janeiro. Mas a contrapartida, trocada em miúdos, será paga por cada servidor ativo ou aposentado. Além de arrochar ainda mais os salários com aumento da contribuição previdenciária, seremos condenados a estagnação salarial e a não realização de concursos públicos. Lembremos que o Estado deve aos servidores o décimo terceiro, os meses de março e abril. Com juros.

Mas entender a crise da Uenf vai além de notar a falta do aporte dos recursos minimamente necessários para que a universidade possa se manter aberta seja para pagar salários e bolsas, ou para honrar compromissos básicos com concessionárias de serviços públicos e empresas prestadoras de serviços terceirizados. Penso que na raiz dos problemas que vivemos há um ataque direto ao próprio papel da Uenf enquanto um lócus de geração de formação de recursos humanos, e que foi firmemente ancorada num modelo institucional revolucionário que une umbilicalmente as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Um aspecto pouco conhecido, mas que torna a Uenf especialmente singular. é o fato de ela ser uma das poucas universidades do mundo em que foi rompido o modelo departamental que segrega áreas de conhecimento. Na Uenf, a célula básica de funcionamento é o laboratório de pesquisa cujo caráter é essencialmente multidisciplinar (Pedlowski,2017, Folha da Manhã)

Manter a Uenf aberta é uma forma de resistência e acima de tudo uma aposta de que o futuro de Campos pode ser muito mais luminoso. Mais humano e justo. E essa defesa deve acontecer em nossa prática cotidiana, na ampliação da luta por uma educação feita de curiosidade, emancipação, crítica. Esta foi a universidade sonhada por Darcy e abraçada pelo Norte Fluminense.

ADUNIOESTE- Luiz Fernando Reis

Informe da Adunioeste (Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste). Luiz Fernando Reis, presidente da Adunioeste, informou que as universidades estaduais do Paraná estão sob ataque do governo estadual. Tal ataque, atualmente, se concretiza por meio da tentativa do governo estadual em retirar a autonomia das Universidades Estaduais de Londrina (UEL), Maringá (UEM), Ponta Grossa (UEPG), do Centro Oeste (Unicentro) e do Oeste do Paraná (Unioeste) em processar internamente suas

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

folhas de pagamento. O governo quer que essas universidades processem suas folhas por meio do Sistema RH Meta 4 transferindo, dessa forma, para a Secretaria de Estado da Fazenda o processamento da folha de tais universidades, a exemplo do que já ocorre com as universidades estaduais do Paraná (Unespar) e do Norte do Paraná (UENP). Ao centralizar o processamento das folhas de pagamento de todas as universidades na Secretaria da Fazenda, o governo estadual pretende estabelecer um controle absoluto sobre as despesas com pessoal de modo a reduzir tais despesas, deixando de implantar, por exemplo, o pagamento de promoções e progressões, o que já vem ocorrendo na Unespar e na UENP. Além disso, outro ataque que vem sendo desferido contra as universidades parte do Tribunal de Contas do estado do Paraná que, desde junho do ano passado, por meio de acórdão, tem propalado a compreensão que o TIDE (Dedicação Exclusiva) é uma gratificação temporária e não regime de trabalho, conforme prevê a lei da carreira dos docentes (lei estadual nº 11.713/1997). Se o entendimento do Tribunal de Contas for mantido, os docentes das universidades do Paraná correm o risco de ver seus vencimentos reduzidos em 20%, se tomarmos como referência somente o Adicional Titulação pago aos professores Adjuntos, portadores do título de doutor. O Prof. Luiz Fernando relatou, ainda, que reuniu-se neste sábado (dia 13 de maio), antes do início da Reunião do Setor com a presidente do Andes-SN, prof^a Eblin Farage, com o Coordenador do Setor, prof. Alexandre Galvão, e com a representante da Regional Sul, prof^a Mary Falcão para informar com mais detalhes a situação das universidades estaduais do Paraná, bem como para solicitar o apoio da Direção Nacional do Sindicato. Ainda, segundo o prof. Luiz Fernando, ficou definido o seguinte: em relação ao Sistema RH Meta 4: a Assessoria Jurídica Nacional deve acompanhar, se necessário, a Assessoria Jurídica da Regional Sul no ingresso de ação judicial para cobrar do governo estadual o pagamento das progressões e promoções não pagas aos docentes da Unespar; A Assessoria Jurídica Nacional deve fazer estudos com vistas a definir qual a melhor ação, no campo jurídico, para garantir, se necessário, o pagamento do salário dos docentes das universidades estaduais em face da ameaça anunciada pelo governo estadual de corte do repasse financeiro mensal às universidades que não enviarem documentos necessários à implantação do Sistema RH Meta 4; A assessoria Jurídica Nacional deve estudar a possibilidade de ingressar como terceiro interessado na ação judicial que vai ser promovida pelas reitorias da UEL e da UEM contra o governo estadual em defesa da autonomia de tais universidades, em função de acórdão obtido no Tribunal de Justiça do Paraná no ano de 1992; A Assessoria Jurídica Nacional de estudar qual é ação, no campo jurídico, mais adequada para a defesa do TIDE (Dedicação Exclusiva) dos docentes das universidades estaduais do Paraná como regime de trabalho; A presidente do Andes-SN e o Coordenador do Setor das IEES/IMES deverão se deslocar ao estado do Paraná e participar, no início do mês de junho, de atividade a ser promovida pelo Fórum das Seções Sindicais do Andes das universidades estaduais do Paraná. Tal atividade (mesa redonda sobre os ataques do governo Beto Richa às universidades paranaenses) deverá ser realizada, a princípio, na Universidade Estadual de Ponta Grossa.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ADUEPB – Nelson Aleixo

Os ataques do governo da Paraíba à autonomia da Uepb e as ações para reduzir a oferta da educação superior pública

- A UEPB tem mais de 20 mil alunos;
- 1.450 vagas gratuitas em Pós-graduação (mais da metade Mest. e Dout.);
- 59,23% de Professores Doutores;
- A UEPB atende 33 mil pessoas por ano nos clínicas e laboratórios
- Laboratório de Análise clínica atende 74 tipos de exames hematológicos e bioquímicos gratuitos;
- A UEPB oferece formação para idosos através da Universidade aberta a Maturidade (UAMA);
- AUEPB tem 144 convênios com instituições públicas, contribuindo para o desenvolvimento local e regional;
- 184 mil pessoas são atendidas por ano pelos projetos de extensão da UEPB;

Como se procedem os ataques à Universidade

- Retirada de pauta da ALPB de Projeto de Lei, de autoria do governo anterior da Paraíba (2010), que visava garantir os recursos necessários para o funcionamento de um novo campus na cidade de Araruna;
- Sob alegação que o governo anterior (2010) havia deixado as finanças do Estado comprometida, o governador Ricardo Coutinho (empossado em 2011) fez um corte no orçamento de 2011 de todos os poderes, empresas e órgãos do Estado, com a promessa de regularizar até o final daquele ano;
- No ano de 2012 o governo do Estado :
 - Cancela a conta tesouro da UEPB;
 - Implementa um orçamento tendo como referência o orçamento de 2010, onde o governo anterior ficou devendo 40 milhões de reais à UEPB;
- Cria uma nova interpretação para a Lei de Autonomia, deixando de calcular o duodécimo com base na receita ordinária mensal; mas construindo um valor fixo para o orçamento e subdividindo em 12 parcelas iguais.

Histórico do orçamento da UEPB



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ano	Orçamento executado uepb	Receita Ordinária	% da Receita Ordinária	Previsão de Duodécimo com 5,21%	Juros ,encargos e amortização dívida
2009	168.647.078,59	3.237.932.618,71	5,21	168.858.186,07	
2010 **	180.323.000,00 **	3.688.002.779,52	4,89	192.329.344,95	299.660,066,07
2011	211.498.994,15	4.679.962.137,76	4,52	244.060.025,48	317.407,381,66
2012 **	230.769.262,00 **	5.219.172.349,49	4,42	272.179.838,03	342.954,719,74
2013*	237.650.800,07	5.721.794.252,00	4,15	298.391.570,24	373.503,070,41
2014 **	277.499.856,72 **	6.297.014.071,48	4,41	328.389.283,83	327.939,969,91
2015*	293.116.906,07	7.143.724.865,88	4,10	372.545.251,76	462,089,364,72
2016*	307.419.053,20 **	7.600.176.250,00	4,04	346.349.191,44	523.922,364,09

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Situação atual na UEPB

- Orçamento aprovado pelo CONSUNI / UEPB para 2017 – 410 milhões de reais
- Orçamento enviado pelo governo PB e aprovado pela Assembleia Legislativa – 317 milhões
- Em Janeiro governo do Estado divulga o QDD (Quadro Demonstrativo de Despesa) cum uma redução do orçamento para R\$ 290.640,000,00 (27 milhões a menos que o aprovado pela ALPB), com duodécimos de 24,220,000,00;
- No mês Março o duodécimo foi enviado com 2,7 milhões de reais a menos; já no mês de abril foram subtraídos 4,656 milhões reais;

Como a gestão se adequa ao orçamento

- A Reitoria da UEPB divulgou em março que iria realizar apenas uma entrada dos aprovados no ENEM (e não 2 entradas), ou seja 2700 alunos a menos;
- A gestão universitária também divulgou que não renovaria os contratos de 120 prof. Substitutos, com encerramento previsto para Maio;
- A Reitoria divulgou uma portaria onde cortava até 30% para atividades assessorias de pesquisa/extensão; assistência estudantil e ensino.
- OBS: A luta política da categoria (realização de plenárias nos diversos centros e Campi da UEPB em fevereiro e paralisações semanais no mês de março) conseguiu barrar essas medidas para esse primeiro semestre

A greve de 2017 na UEPB

- 30 dias de greve de professores e funcionários (teve inicio em 12 de abril);
- DCE fez assembleia e aprovou apoio a greve;
- Em 10 de maio fizemos um ato na frente do Palácio do Governo e entregamos um documento com detalhamento da pauta;
- Em 11 de maio tivemos a primeira audiência com o Reitor;
- Dia 16 de maio faremos a primeira Assembleia após o inicio da greve;

Principais reivindicações da greve

- Garantia dos valores do duodécimo da UEPB de acordo com o orçamento construído e aprovado pelo CONSUNI e encaminhado ao Governo do Estado, no valor de R\$ 410 milhões.
- Reposição das perdas salariais dos últimos, com base nos índices de inflação, no percentual de 23,61%.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

- Descongelamento do Plano de Cargos Carreira e Remuneração.
- Revogação da Lei nº 10.660/2016 (lei que congelou salários e o PCCR).
- Realização de Concurso Público para docentes e contratação imediata dos concursados.
- Consolidação/construção de infraestrutura adequada aos campi.
- Controle social do orçamento da universidade.
- Cumprimento do Acordo da Greve 2015.
- Ampliação e melhorias na Política de Assistência Estudantil: Restaurante Universitário gratuito para todos os estudantes; construção de Residência Universitária e ampliação das bolsas de manutenção.
- Democratização das instâncias colegiadas e deliberativas.
- Reforma Administrativa da UEPB.
- Esse é o quadro da UEPB hoje. Com Risco real do fechamento de campus no interior do Estado.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

PAUTA DE REINVINDICAÇÕES DOS DOCENTES DA UEPB COMANDO GERAL DE GREVE 2017

Nos últimos anos a Universidade Estadual da Paraíba vem passando por um processo crescente de perdas e prejuízos, comprometendo o seu funcionamento enquanto instituição de ensino superior, pública e de qualidade, nacionalmente reconhecida e socialmente referenciada. Estas medidas de ataques à UEPB se intensificaram em 2011, na primeira gestão do atual Governo, que, alegando medidas emergenciais de “arrocho” financeiro, necessárias aos ajustes fiscais, transformaram-se para a UEPB em medidas permanentes.

A partir de 06 de agosto de 2004, a Lei de Autonomia Financeira, Lei Estadual nº 7.643, passou a assegurar à UEPB uma base de cálculo dos recursos orçamentários e financeiros assentada em um percentual da receita ordinária do Estado; mas, no ano de 2010, o Governador José Maranhão repassou vários duodécimos com valores inferiores aos definidos pela Lei e, além disso, deixou de repassar para a UEPB o duodécimo do mês de dezembro. No ano de 2011, o Governador Ricardo Coutinho tomou como referência apenas os onze (11) duodécimos do ano anterior e, a partir daí, definiu o valor a ser repassado à UEPB para aquele ano, o que significou uma redução de 32,5 milhões de reais, ferindo a Lei da Autonomia. No tocante ao ano de 2012; o Governador definiu um valor fixo para o orçamento (41,4 Milhões a menos do que determina a Lei da Autonomia) e o dividiu em 12 duodécimos iguais. Nos anos subsequentes, o Governo manteve a mesma lógica quando da definição do orçamento da Universidade, sendo que, entre 2013 e 2016 a variação anual dos valores repassados foi inferior aos índices inflacionários do período; ou seja, bastante inferior aos que determina a Lei de Autonomia, que teria como base os 5,21% da receita ordinária do Estado em 2009.

Em janeiro de 2016, fruto das negociações do índice da dívida pública estadual junto ao Governo Federal, com o objetivo do ajuste fiscal, o Governador baixou uma Medida Provisória nº 242, em 26 de janeiro de 2016, transformada na Lei nº 10.660, de 28 de março de 2016. Este “pacote de maldades” suspendeu a data base dos funcionários estaduais e a correção da inflação do ano anterior, promoções, progressões funcionais, entre outros direitos

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior dos servidores. Sequer o governo Ricardo Coutinho cumpriu a lei que prevê a criação de uma comissão paritária, composta por membros do governo e das entidades sindicais representativas dos servidores, que, a partir de agosto de 2016 e a cada seis meses, se reuniria para avaliar as transferências de recursos federais e a arrecadação fiscal estadual para exame de sua normalização.

No ano de 2017, o Governo Estadual continua com a política de desconsideração em relação à UEPB. Primeiramente, em total desrespeito à Lei de Autonomia, desconsidera a proposta de orçamento aprovada pelo CONSUNI, de 410 milhões de reais para o ano de 2017 e, sem discussão alguma com a comunidade acadêmica, reduz este quantitativo na LOA para R\$ 317.819, 269,00 (correspondendo a um duodécimo de R\$ 26. 484.939,08). Posteriormente, quando da divulgação do Quadro de Desembolso de Despesas, o Governo Estadual reduziu o orçamento para R\$ 290.640. 000,00 o que, por sua vez, passou a corresponder a um duodécimo de R\$ 24.220.000,00. Dando prosseguimento à sua política de redução do financiamento do ensino superior público da Paraíba, o Governo do Estado continua reduzindo, mês-a-mês, o duodécimo da UEPB: foram repassados 2.7 milhões a menos no duodécimo de março, em abril foram reduzidos mais R\$ 4.656.000,00 milhões. Desse modo, o contingenciamento totaliza no final do mês de abril R\$ 34.535,269,00. Este cenário tem suscitado o temor quanto à possibilidade de manter o funcionamento pleno da Universidade, como instituição pública de ensino superior do Estado da Paraíba. Corroborando com esta perspectiva, a Reitoria da UEPB mantém a possibilidade de demissão de 120 professores e o cancelamento da 2ª entrada de alunos, no ano de 2017 (o que significa uma redução aproximada de 2.700 vagas).

Os ataques do Governo do Estado à UEPB e as medidas de adequação da Reitoria da UEPB, em consonância com estes ataques do Governo Estadual para reduzir o tamanho, papel e importância da Universidade, exigiu o enfrentamento do problema pela comunidade acadêmica. Neste sentido, em assembleia geral, a categoria decidiu a intensificação das ações de mobilização em todos os centros/campi da instituição, visando debater a situação de precarização vivenciada pela Universidade. Assim, entre os meses de fevereiro e abril de 2017, foi realizado um conjunto de atividades nos oito campi da UEPB, quando foi possível ampliar um canal de diálogo profícuo com a comunidade universitária a partir da bandeira “UEPB: oito campi uma só luta”, que resultou em uma ampla defesa da Universidade, simbolizada na Consigna “ResisteUEPB”.

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Não tendo logrado êxito em estabelecer uma negociação multilateral com o Governo e a Reitoria, os docentes, reunidos em Assembleia Geral no dia 06 de abril de 2017, decidiram deflagrar greve por tempo indeterminado. A greve é um ato de reação à política de desrespeito à autonomia da UEPB e à repetitiva prática de descumprimento da data-base por parte do Governo do Estado, consolidada pela política de omissão da Reitoria da UEPB, atitude que corrobora com as perdas de direito trabalhistas dos docentes e técnicos administrativos: suspensão da data-base e ausência da reposição das perdas inflacionárias, que giram em torno de 23,61%, além do descumprimento do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) e da precarização das atividades acadêmicas, acelerando o processo de sucateamento da instituição.

Os docentes da UEPB estão em greve e – pautados no propósito de estabelecer o diálogo respeitoso com o Governo do Estado e com a Reitoria, a fim de garantir o cumprimento dos princípios que regem a autonomia da UEPB – apresentam os eixos das reivindicações da categoria docente, a seguir.

1. AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA: ACADÊMICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

- Garantir de que o caráter público da universidade, sua autonomia acadêmica, administrativa e financeira, bem como a função social das atividades docentes e discentes sejam cumpridas, externa e internamente, e que haja controle social do orçamento em sua elaboração e execução;
- Assegurar as condições necessárias para que a UEPB cumpra a sua responsabilidade de oferecer educação pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade para todos, como direito social e dever do Estado, combatendo todas as formas de precarização decorrentes das iniciativas que vêm sendo impostas a título de adequação à propalada “crise econômica” do país;
- Garantir as condições adequadas para que o efetivo exercício do trabalho docente se desenvolva fundamentado no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, visando aos padrões de qualidade para a Universidade como um todo;
- Cumprir a Lei nº 7.643/2004 (Lei de Autonomia financeira da UEPB);



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

- Realizar reforma administrativa, priorizando a redução da quantidade de pró-reitorias, cargos comissionados, assessorias, consultorias e gratificações, através de um processo efetivamente democrático e colegiado;
- Proceder ao não-atrelamento da Universidade a quaisquer processos eleitorais no âmbito dos municípios, estado ou União;
- Revogar a Resolução Consuni/05/2010.

2. DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE:

- Respeitar a livre manifestação política de docentes e discentes em seus oito campi;
- Propiciar o controle social na gestão;
- Construir democraticamente os critérios públicos de distribuição interna de recursos, através do efetivo funcionamento das instâncias de decisão/acompanhamento e controle da gestão – tais como CONSUNI, CONSEPE, Conselho Participativo e Assembleias Departamentais – e da reativação urgente do Conselho Curador, procedendo-se à imediata convocatória de eleição de seus membros;
- Garantir as condições equânimes de participação na vida acadêmico-institucional a todos os docentes, inclusive os substitutos, os que se encontram em estágio probatório e aqueles que atuam nos campi descentralizados;
- Convocar uma Estatuinte Universitária;
- Assegurar a representação da ADUEPB nas instâncias deliberativas da Universidade;
- Realizar Plenárias Universitárias, para definição das estratégias e políticas da Universidade pelo conjunto da comunidade acadêmica;
- Democratizar a construção do Orçamento da UEPB;
- Realizar eleição direta para o cargo de ouvidor.

3. GARANTIA DE FINANCIAMENTO PÚBLICO E ORÇAMENTO PARA A UEPB

- Garantir financiamento público estável e suficiente para a instituição, assegurando incrementos compatíveis para a expansão da UEPB com qualidade, tal como apresentado na Lei de Autonomia Financeira da UEPB - nº 7.643/2004;



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

- Proceder ao cumprimento da proposta orçamentária elaborada, em consonância com a lei da autonomia, nos fóruns da universidade e aprovada no seu Conselho Superior e, da mesma forma, com o orçamento definitivo aprovado pela Assembleia Legislativa;
- Eliminar qualquer possibilidade de medidas que levem a contingenciamentos ou retenções de verbas orçadas, exigindo regularidade no fluxo de liberação financeira.

4. PCCR e Reposição Salarial

- Garantir uma política salarial permanente com reposição das perdas inflacionárias, acumuladas a partir de 2011, no percentual de 23,61%;
- Cumprir o PCCR e definir de suas resoluções regulamentadoras através de instâncias de discussão e deliberação efetivamente democráticas e colegiadas (e não burocráticas, a exemplo da CPPD).
- Revogar a Lei no 10.660, de 28 de março de 2016;
- Implantar os processos requerentes de mudanças dos Regimes de trabalho;
- Proceder ao cumprimento da data-base;
- Revisar as condições estabelecidas nos contratos de trabalho dos professores substitutos, respeitando titulação e regime de trabalho, contemplando os auxílios alimentação e saúde, assegurando, ainda, as condições para o pleno desenvolvimento de suas atividades acadêmicas e científicas;
- Restringir o pagamento de adicionais de insalubridade e/ou periculosidade apenas nas situações previstas em Lei;
- Garantir a isonomia salarial entre ativos e aposentados;
- Incorporar o auxílio saúde e a ajuda de custo ao vencimento.

5. CONSOLIDAÇÃO DA UEPB

- Estabelecer um cronograma de início e conclusão das obras e reformas de infraestrutura para atender plenamente as atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Recompôr o quadro docente da UEPB via realização de concurso público e a contratação imediata dos aprovados em concursos, para preenchimento das vacâncias, atendendo as demandas departamentais, considerando: as vagas decorrentes de aposentadoria, de

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
invalidez, de morte, de demissões, transferências e crescimento proporcional do número de vagas e cursos criados a partir da expansão da UEPB;

- Garantir o acesso, promoção e manutenção das políticas internas de assistência estudantil;
- Estabelecer uma política institucional de formação discente que compreenda a articulação entre os diversos níveis de ensino (técnico, graduação e pós-graduação), pesquisa, extensão, produção acadêmica, tecnológica e artístico-cultural, bem como a ampliação sistemática da oferta de bolsas para sua consolidação;
- Implantar a política de apoio à produção acadêmica, contemplando a articulação entre os diversos níveis de ensino, as atividades de investigação, extensão universitária, produção tecnológica e artístico-cultural e a institucionalização do apoio ao funcionamento de núcleos e diretórios de pesquisa;
- Proceder à contratação de professores substituto limitada às situações eventuais de excepcionalidade, para suprir a falta de professor na carreira, por prazo determinado, decorrente de exoneração ou demissão, falecimento, aposentadoria, afastamento para qualificação docente, licenças e afastamentos previstos em Lei;
- Condicionar a continuidade do processo de expansão em curso (conforme previsto no PDI/UEPB) ao prévio atendimento de todas as atuais demandas de pessoal, assistência estudantil e financiamento;
- Consolidar, ampliar e efetivar uma Política de Assistência Estudantil que seja definida de forma democrática e colegiada; que contemple – dentre outros elementos – Restaurante Universitário gratuito para todos os estudantes; construção de Residência(s) Universitária(s) e ampliação das bolsas de manutenção; e que considere – política e orçamentariamente – as particularidades e demandas específicas de cada campus.

COMANDO GERAL DE GREVE

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

AUTONOMIA NA FORMA DA LEI!

NEGOCIAÇÃO JÁ!

#ResisteUEPB

ADUSP – César Minto

O contexto mais recente a que a USP tem sido submetida

Inicialmente, cabe lembrar que, desde 1995, a destinação de recursos (sub-financiamento) do Tesouro do Estado para as três universidades estaduais paulistas – USP, Unesp e Unicamp é 9,57% da quota-parte do Estado do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações (ICMS-QPE).

Enquanto apresento alguns dados e teço algumas considerações sobre a USP, sugiro que vejam na imagem projetada (anexa ao final deste texto) os índices de seu “desempenho” de 1995 até 2015/2016 (últimos dados disponíveis).

Começamos, então, por registrar que a USP (assim como a Unesp e a Unicamp) tem sido submetida a uma grave insuficiência de recursos devido a expansão e a incorporações (por exemplo, as criações do *campus* II de São Carlos, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH, mais conhecida como USP Leste e a incorporação da Escola de Engenharia Química de Lorena), sem recursos adicionais regulares e perenes, apesar das promessas governamentais de mais recursos – não cumpridas – e dos expurgos à base de cálculo dos 9,57% (tratados mais adiante).

O reitor não admite que a USP tem sido submetida a uma crise de financiamento; ao contrário, em entrevista ao jornal *Valor Econômico* (edição de 25/10/2016) Marco Antonio Zago revela – ao menos em parte – a concepção nada republicana de universidade adotada por sua gestão.

A Reitoria sequer questiona o governo do Estado por expurgar da base de cálculo dos 9,57%: o descumprimento de compromissos assumidos, os recursos para programas habitacionais, as multas e os juros de mora de tributos em atraso (programas de parcelamento incentivado - PPI), as desonerações, o que se perde com a “Nota Fiscal Paulista” e, mais recentemente, de parte do pagamento de aposentados e pensionistas.

A atual “crise” vivida pela USP é diagnosticada pelo reitor como fruto de dois fatores: “um de gestão interna (o primeiro) e outro porque somos parte do país” (o segundo). A responsabilidade pelo primeiro fator é atribuída à gestão anterior, da qual o reitor fez parte; o segundo fator tem sua ocorrência imputada à “crise econômica”, que diminuiu os repasses do

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ICMS – simples assim: “Nós já teríamos resolvido o problema financeiro da USP se não fosse a crise econômica”. Mas, cá entre nós, há efetivamente um “problema financeiro” na USP, não é?

A administração universitária resolve então recorrer a “um grupo de ex-alunos” empresários bem-sucedidos que, segundo Zago, “têm o maior respeito pela USP. Gostariam de participar mais da vida da universidade. E estão até dispostos a ajudar financeiramente”.

Daí o contrato USP/Comunitas/McKinsey “para analisar nossos mecanismos de gestão, sistema de planejamento. Analisar como é o pensamento da universidade, em termos de aspirações futuras.” Reparem: a existência de quadros competentes em todas as áreas de conhecimento na USP torna-se um mero detalhe...

O projeto “USP do Futuro”, que vincula essas iniciativas, foi forjado sem consulta às instâncias universitárias, permanecendo desconhecido, não por negligência da comunidade acadêmica, mas por ser *secreto*, porque segundo a administração “convém confiar na Reitoria”; contudo, diga-se de passagem, foi levado ao governador Geraldo Alckmin, por certo, não por sua condição de “ex-aluno” (Alckmin não estudou na USP...).

Ou seja, trabalha-se com uma visão, no mínimo, muito restrita do que seja a autonomia universitária, considerando mais o que uma consultoria empresarial privada tem a dizer sobre o assunto do que a verificar a compreensão das instâncias que compõem a estrutura da USP. Cá entre nós, um exemplo claro do que não deve ocorrer em nenhuma instituição pública, sobretudo educacional...

Para o reitor Zago, o que ameaça a autonomia da USP “é o imenso desequilíbrio financeiro que ocorreu a partir de 2011, 2012” (lembrem-se: ele foi pró-reitor nessa gestão...); porém, parece que isso não vem ao caso, mas sim a adoção de um “ajuste fiscal” por meio de um Plano de Incentivo à Demissão Voluntária em duas etapas (PIDV 1 e 2) – sem qualquer estudo de impacto! –, resultando na perda de cerca de 3.500 funcionárias(os), que ele considerou uma ação “bem sucedida”.

Vale dizer, a USP dispensou inúmeros funcionárias(os) técnico-administrativos mais qualificadas(os) e mais experientes, sem nenhuma garantia de reposição. Ademais, vale registrar: sabe-se da nocividade social dessa iniciativa, mas até hoje não se conhece sua real dimensão!

Ainda segundo o reitor, “um exemplo de área em que tivemos sucesso foi a terceirização de restaurantes. A universidade fazia a gestão de todos os seus restaurantes. Já foram terceirizados vários, e isso tem um impacto enorme”. Convenhamos, ninguém ignora que, ato contínuo, alguma empresa privada será contratada para realizar tal gestão e isso terá custos, que não contarão com a ajuda de nenhum “amigo da USP”, não é?



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Contudo, mais impactante ainda é a visão expressa na fala do reitor transcrita a seguir “há outros gastos que parasitam a vida da universidade”. Sim, *parasitam* foi a expressão utilizada pelo reitor. E, perguntado sobre quais seriam a origem de tais gastos, sua resposta foi direta: “Um hospital universitário, por exemplo, chamado HU”.

O reitor Zago “desconhece” que ocorram atividades de ensino, pesquisa e extensão (e/p/ex) no HU; ignora também que isso é essencial à USP: o HU recebe todos os anos cerca de 2.430 estudantes de graduação e de pós-graduação. No que se refere à área de saúde, ele cita apenas a medicina, desdenhando, por exemplo, a enfermagem, a nutrição, a farmácia, a fisioterapia, a psicologia, a terapia ocupacional, a assistência social, só para citar algumas outras áreas de igual importância.

Questionamos, cá entre nós: dá para entender porque o projeto “USP do Futuro” precisa continuar secreto, à revelia da *res publica*?

Contudo, haverá agravantes, se vingar a proposta da Reitoria (aprovada pela reunião do Conselho Universitário de 11/4/2017) de chegar-se na universidade a uma relação de 40% de docentes para 60% de funcionários (hoje é cerca de 30/70). Supondo que não haja dispensa de docentes, a USP dispensaria cerca de 5 mil funcionárias(os). Dá para imaginar o “estrago social” que isso provocaria? Ademais, isso não tenderia a provocar um “efeito exemplar” nas demais instituições públicas de ensino superior em âmbito nacional?

Em algum grau, sucessivos governos “ignoram” em todos os níveis – sobretudo no que se refere ao financiamento – a importância das atividades realizadas por universidades e institutos públicos de pesquisa, responsáveis pela quase totalidade da pesquisa em C&T no país. Assim, os “frutos” dessa política expressam atualmente o desmantelamento dessas instituições.

A Lei 13.243/2016, denominada “Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação”, é prova disso, permitindo a criação de Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICT) como órgãos públicos ou pessoas jurídicas de direito privado “sem fins lucrativos”, inclusive sob a forma de Organizações Sociais (OS), bem como a criação de Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) de direito privado no interior das instituições públicas, para o desenvolvimento de atividades de pesquisa, que podem: 1) receber recursos públicos dos entes federados e de fundações ditas “de apoio” para cobrir todas as suas despesas; 2) utilizar pessoal e recursos públicos em atividades de pesquisa para empresas privadas; e 3) usar infraestrutura e recursos públicos em atividades para empresas privadas.

O contexto da educação superior no país é o de *recorrente* ataque ao modelo de universidade que realiza, de forma indissociada, o tripé e-p-ex. Isso pode ser sintetizado no mote “ensino conforme a ‘clientela’” ou, dito de outra forma, prover ensino que corresponde à manutenção da classe social à qual o indivíduo está submetido.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Esse ataque ficou mais evidente no governo Collor, cujo ministro da Educação, José Goldemberg, assessorado pela professora Eunice R. Durham “oficializaram” a crítica ao modelo e-p-ex. Desde então, esse ataque revelou vários graus de abrangência, mais agudos nos governos FHC e, em menor grau, mas não menos deletério, nos governos Lula e Dilma, via projetos como o Prouni e o Reuni que, respectivamente, implicaram no financiamento à iniciativa privada e na flexibilização do e-p-ex por meio da exigência de alcance da taxa de conclusão de 90% nos cursos presenciais e da relação de 18 estudantes por docente.

A propósito, a pretensão de impor a cobrança de mensalidades nas universidades só tornaria, à população mais pobre, inviabilizado, ainda mais, o acesso e a permanência no ensino superior (graduação e pós-graduação). Afora o fato de a ideologia dominante induzir às camadas sociais subalternizadas a idéia de vencer na vida via escolarização formal, o que é, digamos assim, um *estelionato social*, pois cabe lembrar que tal estratégia é no mínimo capciosa, dentre outros aspectos, porque transfere a responsabilidade do sucesso profissional ao indivíduo, desconsiderando as condições às quais está submetido.

No sistema capitalista, o setor social dominante tentará sempre atribuir aos indivíduos a responsabilidade por sua (não) inserção na sociedade. Esse discurso tem grande probabilidade de difusão generalizada na sociedade pela mídia e precisa ser amplamente combatido por todos aqueles que o constatarem e dele divergirem.

O contexto atual de crise econômica no país apenas antecipou o que ocorreria às universidades estaduais paulistas ao longo do tempo, como já amplamente explicitado pelo Fórum das Seis, articulação política que organiza docentes, funcionários e estudantes da USP, Unesp, Unicamp e do Centro Paula Souza.

A “crise econômica” alardeada pela propaganda oficial induz a sociedade a defender a necessidade da adoção de medidas austeras, indo ao encontro do discurso dos setores sociais mais conservadores.

Essa realidade precisa ser combatida, por meio de denúncia pública e, em especial, da disputa do fundo público, seja no âmbito do Estado (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO), seja no âmbito das instituições (diretrizes orçamentárias específicas). Em síntese, a disputa do fundo público precisa ser realizada de forma regular e sistemática, pois tal condição é imposta pela luta de classes numa sociedade capitalista.

A USP ostenta uma estrutura de organização e funcionamento muito hierarquizada que, salvo melhor juízo, apenas fica atrás das instituições castrenses. Tal característica não abona e nem deve abonar nenhuma instituição pública, sobretudo aquelas de caráter educacional.

Finalizando, as atividades de e-p-ex realizadas pela USP ao longo dos tempos ainda têm contribuído para o avanço da C&T no país – o que é de interesse da sociedade. Contudo, progressivamente, tais atividades têm sido objeto de disputas público-privadas cada vez mais constantes e em detrimento de interesses públicos.

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
A USP é patrimônio público paulista e nacional e não pode ficar exposta aos interesses particulares de quem quer que seja!

UERJ, Rio de Janeiro, 12 de maio de 2017
César Minto – presidente da Adusp-S.Sind.
USP: indicadores de 1995 a 2015/2016

	1995	2015/16	Variação
Docentes	5.056	5.958	17,8%
Técnico-administrativos	15.105	13.915	- 7,8%
Cursos de Graduação	132	279	111,4%
Vagas em graduação / Vestibular	6.902	11.057	60,2%
Estudantes matriculados / graduação	33.479	58.828	75,7%
Cursos de pós-graduação	476	672	41,2%
• Mestrado	257	351	36,6%
• Doutorado	219	321	46,6%
Estudantes matriculados / pós-graduação	19.683	36.819	87,1%
• Mestrado	8.024	13.981	74,2%
• Doutorado	6.060	16.003	164,1%
• Especiais	5.599	6.835	22,1%
Títulos outorgados (total)	2.643	6.682	152,8%
• Mestrado	1.584	3.743	136,3%
• Doutorado	1.059	2.939	177,5%

Fonte: Anuários Estatísticos da USP. Ressalva: apenas os dados de docentes e de técnico-administrativos (os dois primeiros) são de 2016, os demais são de 2015.

Esses índices são muito expressivos e revelam, em especial, a dedicação de servidores – professores e técnico-administrativos – sem os quais tal façanha não seria possível e a USP não seria o que é hoje: uma das melhores universidades públicas do país.

Essa dedicação precisa ser mantida, mas, queiramos ou não, há limites para sua manutenção...

É preciso intensificar a disputa pelo fundo público!

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ADUEZO – GIPSY

A UEZO, Centro Universitário Estadual da Zona Oeste, foi instituída em 2005 e em 2009 foi estabelecida como fundação de direito público, vinculada à SECTI. A mesma encontra-se localizada no bairro de Campo Grande, maior arrecadador de impostos do Estado do Rio de Janeiro. Infelizmente a UEZO é uma Instituição que parece ter sido criada para desaparecer, já que desde sua lei de criação foi estabelecida uma situação equivalente a um estado de exceção em termos de Instituição de Ensino Superior. A UEZO tem sido negligenciada desde sua criação. São contingenciamentos permanentes e com percentuais aumentando a cada ano. Não possui a autonomia universitária garantida pela constituição brasileira em nenhum dos aspectos, de modo pleno, o que seria essencial para o cumprimento das atividades fins. Não possui campus próprio, atualmente funciona dentro de um colégio estadual. A UEZO requisita mudanças profundas que são reiteradamente negadas ou adiadas. A UEZO está em “extrema-unição”, como colocado por um deputado em audiência pública na Alerj. Destacam-se os principais aspectos que justificam a asfixia vivenciada na UEZO ao longo dos 12 anos de inauguração:

1. Desde a sua criação em 2005, o **único pedido atendido** pelo Governo ocorreu em 2009 com o **concurso para professores e corpo técnico de laboratório efetivos**, que existiam apenas na forma de contratos temporários.
2. **Não temos quadro de servidores administrativos efetivos**. Os contratos temporários foram recentemente encerrados, e não há perspectiva para a renovação ou possibilidade de novos contratos;
3. Todos os professores possuem doutorado, trabalham em regime de 40 horas semanais, por exigência da Lei de criação;
4. Somos a única instituição pública do país em que os professores não possuem: **Plano de Cargos e Carreiras, regime de Dedicção Exclusiva, adicional de insalubridade e periculosidade**, apesar da exposição à produtos e atividades insalubres e/ou perigosas, por conta de algumas das atividades de pesquisa e da preparação de material pratico para os cursos, podem ser com frequência desenvolvidas em laboratórios com organismos vivos, reagentes químicos etc.
5. Enfim, não possuímos instalações adequadas de trabalho, caracterizando uma prática ilegal.
6. Mesmo realizando as funções com grande dificuldade, pois em sua maioria, os salários não são suficientes para organização financeira, os professores da UEZO possuem mesmo índice de publicação que professores das outras universidades públicas.
7. A desvalorização dos seres humanos que trabalham na UEZO resulta em crescente evasão. No caso do quadro docente, o número chegou a 155 (considerando efetivos e contratados) e atualmente caiu para 98 efetivos, embora haja 129 vagas para docentes efetivos.
8. São sistemáticas as negativas da COPOF (Comissão de Programação Orçamentária e Financeira do Estado do Rio de Janeiro) para a **posse de apenas 15 professores concursados no período de 2014 a 2016**. Cabe ressaltar que, essas vagas pleiteadas são de substituição dos docentes evadidos previstas nos orçamentos de 2014 e 2015;

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

9. Em virtude da falta de professores, muitas disciplinas não podem ser oferecidas, impedindo que muitos alunos concluam seus cursos de graduação. A exemplo, o curso de engenharia de produção está desde 2015 com 45 % das disciplinas não oferecidas;
10. O 1º semestre de 2016 não foi iniciado por falta de recursos financeiros para a contratação, por licitação, de uma empresa para o serviço de limpeza. Em 2015 esses serviços foram pagos com uma “vaquinha” feita por funcionários;
11. Os segurancas ficaram sem receber seus salários de dezembro de 2015 a abril de 2016. Através de uma doação da Alerj para cumprir com os “restos a pagar” de 2015 que a UEZO tinha, em virtude da falta de orçamento financeiro, foi possível quitar algumas dívidas, inclusive com a empresa de segurança. No entanto, a informação atual é que esses funcionários estão com salários de maio e junho atrasados.
12. Realizamos greve docente pelo período de quatro meses em 2016 e fomos obrigados a sair dela sem termos nenhuma das pautas atendida.
13. Atualmente, nos encontramos desenvolvendo as atividades docentes tendo dois salários em atraso e sem termos recebido o 13º correspondente a 2016.

ADUSB – Sérgio Carmelo

A SITUAÇÃO DA LUTA DO SETOR ESTADUAL NA BAHIA ADUSB SSIND - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia Reunião dos Setores A SITUAÇÃO DA LUTA DO SETOR ESTADUAL NA BAHIA

O estado da Bahia tem 4 (quatro) universidades estaduais: I Universidade Estadual da Bahia (UNEB): ADUNEB SSIND I Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS): ADUFS SSIND I Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC): ADUSC SSIND I Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB): ADUSB

As universidades estaduais são independentes administrativamente umas das outras, cada uma com sua reitoria e orçamentos próprios. I Contudo a carreira do magistério superior estadual é única, regulamentada pelo Estatuto do Magistério Superior (Lei Estadual 8352/2002). Assim, para fortalecer a luta da categoria, as quatro seções sindicais se organizam no Fórum das ADs (Fórum das Associações Docentes). I Apesar de não ter personalidade jurídica, o Fórum tem, historicamente, cumprido papel central na construção da unidade política e de ação da luta da categoria. I O Fórum reúne-se ordinariamente com periodicidade mensal, em sistema de rodízio, e extraordinariamente sempre que necessário



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

No Fórum das ADs as decisões políticas são tomadas sempre por consenso. Não há votação. I Naturalmente o Fórum tem papel indicativo, pois as assembleias de cada sessão sindical são soberanas para decidir os rumos da luta de cada sessão sindical. I Mas trabalha-se politicamente, através do debate e do convencimento, para que a unidade política e de ação não seja quebrada.

O governo estadual petista, que já está no seu terceiro mandato (duas gestões de Jacques Wagner seguidas pela gestão atual de Rui Costa), vem seguindo a cartilha neoliberal regressiva pelo menos desde 2013. É a política do ajuste fiscal, fazendo caixa para pagamento da dívida, através de uma política de teto velado nas despesas com educação, além de uma série de ataques a direitos trabalhistas e à aposentadoria do funcionalismo público. Política de teto nas despesas públicas Contrarreforma trabalhista no setor público

Contrarreforma da previdência Com o objetivo de limitar os gastos em educação, o governo estadual da Bahia iniciou, a partir do orçamento de 2014, uma série de cortes e contingenciamentos no orçamento de investimento, manutenção e custeio das Universidades Estaduais da Bahia. Em 2015, considerando o orçamento de investimento, manutenção e custeio das 4 universidades, o corte acumulado em relação ao orçamento de 2013 chegava a aproximadamente 23% (R\$ 73 milhões), sem considerar os contingenciamentos.

Ataques ao orçamento A vitoriosa greve docente de 2015, entre outras conquistas, arrancou do governo o compromisso de estancar os cortes. Mesmo assim, hoje as perdas acumuladas em relação ao orçamento de 2013 ainda passam de 13% (R\$ 43 milhões). Mais uma vez, isso sem considerar os contingenciamentos. Somente no ano de 2016, considerando só o orçamento de investimento, manutenção e custeio da UESB, o contingenciamento (frustração orçamentária) foi de R\$ 3,2 milhões em um orçamento de R\$ 44 milhões, ou seja, um contingenciamento de aproximadamente 7%.

Esse número de R\$ 44 milhões pode parecer grande para o orçamento de investimento, manutenção e custeio de uma Universidade no interior da Bahia. I Mas, para além de questões que elevam a demanda orçamentária (multicampia, por exemplo), o governo estadual da Bahia nega-se a fazer concursos para a carreira técnico-administrativa, obrigando as universidades a terceirizar grande parte destas atividades. Esses custos recaem sobre o orçamento de investimento, manutenção e custeio, achatando-o ainda mais. I Assim, cerca de 50% do orçamento de investimento, manuten- ção e custeio são utilizados no pagamento dos

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior contratos de terceirização, prejudicando de forma grave as atividades de ensino, pesquisa, extensão, as políticas de acesso e permanência estudantil etc.

Os ataques do governo estadual petista não se restringem somente ao orçamento... I Desde o segundo mandato de Jacques Wagner, o governo vem dificultando cada vez mais os processos de promoção, progressão e mudança de regime de trabalho. Atualmente, só na UESB, há mais de 200 docentes (quase 20% do quadro) aguardando a efetivação de promoção, progressão ou mudança de regime de trabalho. A situação nas outras estaduais não é diferente. I Em 2016 e 2017 a situação agravou-se, pois o governo, mesmo contrariando dados do portal da transparência, recorre à LRF para negar até mesmo as progressões, que por lei não dependem de dotação orçamentária e apresentam impacto insignificante no orçamento de pessoal do estado.

Na carreira técnico-administrativa a situação é ainda mais grave, pois, mesmo havendo regras mais draconianas de promoção e progressão, o governo nega-se a abrir os procedimentos. I O governo também aplicou um corte geral, ilegal, arbitrário e irresponsável nos adicionais de insalubridade, descumprindo inclusive decisões da justiça. I Também está empreendendo um ataque calunioso ao regime de Dedicção Exclusiva, abrindo PADs por violação do regime, contra docentes por participarem em atividades que fazem parte da atividade acadêmica, como bancas de concurso, de defesa de tese, de promoção etc.

Não podemos esquecer também que já são dois anos (2015 e 2016) sem reajuste linear (reposição das perdas inflacionárias) e o governo Rui Costa (PT) já anunciou que não haverá reajuste linear também este ano. Isto apesar do estado da Bahia acumular superávit e haver crescimento constante da arrecadação. O próprio governo anuncia que está mais que em dia com o pagamento da dívida pública. Considerando 2015, 2016 e o acumulado em 2017, as perdas já chegam a quase 20%. ADUSB SSIND - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia Reunião dos Setores IEES/IMES/IFES 12/05/2017

Não menos importante, o governo estadual da Bahia já aplicou a sua própria reforma trabalhista para o funcionalismo público da Bahia. I Por meio do pacote de maldades do governo Rui Costa versão 2015 (Emenda constitucional estadual 22/2015 e Lei Estadual 13.471/2015), foram extintas a licença prêmio, a licença sabática e a estabilidade econômica do funcionalismo público da Bahia.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Por questões que não cabem neste espaço, com algumas poucas exceções, como o Fórum das ADs, que se mobilizaram para combater e denunciar este pacote de maldades, a maior parte das representações sindicais do funcionalismo público baiano escolheu o imobilismo diante destes ataques. Atuando de forma recuada, preferiram negociações de gabinete para incluir regras de transição que preservassem o funcionalismo já em exercício, do que mobilizar suas bases para derrubar o pacote completo.

Organização da Luta Ataques mais recentes do Governo Estadual Ataques à previdência Na Bahia o governo petista já adiantou a contrarreforma da previdência. No início de 2015, por iniciativa do governo Rui Costa (PT), foi aprovada na assembleia legislativa da Bahia a Lei 13.222/2015: I Limita as aposentadorias do funcionalismo público estadual ao limite do RGPS. I Cria o PREVBÁHIA, o fundo privado de aposentadoria do funcionalismo público da Bahia.

Considerando a baixa adesão ao PREVBÁHIA, para garantir o fluxo de recursos para a iniciativa privada, foi aprovado no dia 14 de março de 2017 o PL 22.059/2016, que tornou automática a adesão ao PREVBÁHIA. I O PL foi iniciativa mais uma vez do governo Rui Costa (PT) e teve relatoria favorável do deputado estadual petista José Raimundo. I Não satisfeito, o governo Rui Costa (PT) sediou no último dia 11 de maio uma reunião dos governadores do nordeste. Em matéria da Secretaria de Comunicação, o governo estadual comemora o compromisso dos governadores presentes em criar a PREVNORDESTE, pela adesão dos mesmo ao PREVBÁHIA.

Anexo 2

Nota política para ser distribuída durante a semana de lutas do setor das IEES-IMES



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANEXO2

EM DEFESA DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR ESTADUAIS E MUNICIPAIS

Em todo país, o ensino superior público vem sendo atacado pelos governos estaduais e municipais e por várias reitorias. Com um projeto de horizonte privatista e elitista, as Instituições Públicas de Ensino Superior Estaduais e Municipais sofrem um processo histórico de desfinanciamento, sucateamento e perda de autonomia que se agudizou nos últimos anos, produto do projeto de contrarreforma do Estado, de caráter neoliberal. Além dos cortes nos recursos de custeio e investimento, outra face perversa desse projeto é a precarização dos contratos e condições de trabalho por meio de terceirizações; retrocessos e desrespeito às carreiras dos trabalhadores e trabalhadoras, expressos em muitos Estados com o congelamento das progressões e promoções; restrição de concursos e intensificação do trabalho; suspensão de reajustes inflacionários e reposição de perdas salariais, mesmo quando acertados em acordos entre governos e a categoria, além de vergonhosos atrasos salariais.

Essas medidas fazem parte da retirada de direitos e ataque à educação pública, coadunadas com as reformas trabalhista e da previdência, a reforma do ensino médio e a lei das terceirizações, entre outras iniciativas. A possibilidade de cobrança de mensalidade em cursos de pós-graduação *lato sensu* é outro exemplo do avanço das propostas privatistas que atingem o ensino superior público na sua totalidade.

Em muitos estados, o Plano de Recuperação Fiscal (PLP 343/16) está sendo apresentado como a solução para a suposta crise, para justificar o desfinanciamento das políticas sociais. Sabemos, no entanto, que essa crise é produto da exorbitante dívida pública e seus juros absurdos, além das isenções fiscais que beneficiam o capital, porém, o ônus da proposta de “recuperação fiscal” só recai sobre os ombros dos trabalhadores e trabalhadoras do serviço público, com o congelamento de salários e a impossibilidade de: criação de cargos ou funções que impliquem em aumento de despesa, alteração da estrutura de carreira que gere aumento de gastos e realização de concurso público.

Em diversos Estados e Municípios, os docentes, articulados com outras categorias que compõem a comunidade acadêmica, estão se mobilizando contra esses ataques, enfrentando: a militarização dos *campi*, com brutal violência da PM; os seguidos atrasos salariais; e o ataque à autonomia universitária, como na greve em curso dos docentes e técnico-administrativos na UEPB.

É em defesa do ensino superior público e dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras que o(a)s docentes das instituições públicas de ensino superior estaduais e municipais realizam entre os dias 15 e 19 de maio sua semana de lutas e mobilizações, convocando a todos para a paralisação do dia 24 de maio, rumo ao ocupa Brasília!

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2017.

SETOR DA IEES-IMES DO ANDES-SN

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.